



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

PLC 6/2017



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Regulamenta as datas para vencimento de alvarás e licenças municipais no exercício de 2018, concede descontos, e dá outras providências.

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Ivaiporã/PR, submete à análise e aprovação do Poder Legislativo o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as datas de vencimento das renovações de alvarás e licenças municipais para o exercício de 2018, com percentuais de desconto correspondente aos prazos de vencimento conforme cronograma abaixo, independente do porte da empresa e faixa de faturamento:

- I. No pagamento à vista com vencimento até 09/02/2018 (desconto de 20%);
- II. No parcelamento em até 03 vezes, com vencimentos consecutivos em 09/02/2018, 12/03/2018, e/ou 12/04/2018, conforme parcelas e adesão (desconto de 10%).

§1º O parcelamento somente será concedido aos casos de renovação de alvará de funcionamento e licenças municipais, e autorizado aos estabelecimentos que não possuam débitos tributários com o Município de Ivaiporã, referente aos exercícios anteriores.

§2º Não serão concedidos parcelamento aos pedidos de alvará inicial.

Art. 2º Os contribuintes com opção de renovação através do parcelamento obterão o alvará de funcionamento e licenças municipais, que ficarão condicionados à quitação das parcelas e verificação do Setor de Tributação.

Parágrafo único. O não pagamento das parcelas ensejará na suspensão do alvará concedido, fiscalização, notificação para regularização e inscrição em dívida ativa.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Prefeito Adail Bolívar Rother", Gabinete do Prefeito, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (5/12/2017).


Miguel Roberto do Amaral
Prefeito Municipal

RECEBIDO(S) NESTA DATA

Recebido N.º 15319

Ivaiporã, 08 de 12 de 17

9:30

Horas: 

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ
Lido em sessão realizada

Em, 11 de dezembro 2017

pequeno

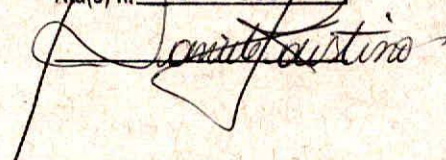
Reunião extraordinária

1ª discussão
Câmara de Vereadores

APROVADO

Em, 26 de 12 de 17

Ata(s) n.º 3.526



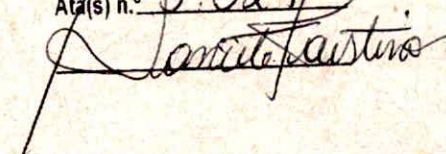
Reunião extraordinária

2ª discussão
Câmara de Vereadores

APROVADO

Em, 26 de 12 de 17

Ata(s) n.º 3.527







PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

PLC 6/2017

MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA

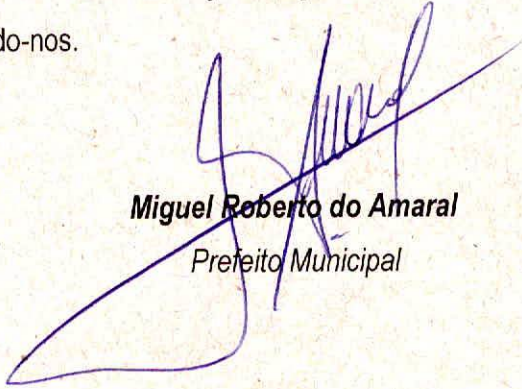
Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminhamos a essa Casa Legislativa, para a devida apreciação e aprovação, em **REGIME DE URGÊNCIA**, o incluso Projeto de Lei Complementar 6/2017, que regulamenta as datas para vencimento de alvarás no exercício de 2018, concede descontos e dá outras providências.

Diante do exposto no Projeto em apreço, tem ainda por finalidade conceder aos contribuintes descontos no percentual de 20% (vinte por cento) para as empresas que efetuarem seus pagamentos à vista e 10% (dez por cento) para as empresas que parcelarem seus alvarás em 3 (três) vezes.

Desta forma o fisco municipal, além de conceder descontos, tende a corroborar com a iniciativa de regularização cadastral em nossa municipalidade.

Desta feita, julgamos desnecessárias maiores explicações sobre a matéria e solicitamos os valiosos préstimos de Vossas Excelências, na apreciação e aprovação da inclusa propositura, relembrando o cumprimento de suas atribuições legislativas nesta Casa, antecipando-lhes nossos agradecimentos, subscrevendo-nos.


Miguel Roberto do Amaral
Prefeito Municipal





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CONSULTA N° 77/2017-PJ

Requerente: Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final.

Assunto: Projeto de Lei Complementar n° 6/2017 - "Súmula: Regulamenta as datas para vencimento de alvarás e licenças municipais no exercício de 2018, concede descontos, e dá outras providências."



RECEBIDO(S) NESTA DATA

Protocolo N.º *15354*

Ivaiporã, *18* de *12* de *17*

13:00 HRS

Horas: *[Signature]*

PARECER JURÍDICO

I - RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Senhor Presidente e membros da Comissão Permanente Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Ivaiporã, acerca do Projeto de Lei Complementar n° 6/2017, de autoria do Poder Executivo, que "Regulamenta as datas para vencimento de alvarás e licenças municipais no exercício de 2018, concede descontos, e dá outras providências."

É o breve relatório, passa-se a opinar.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica Legislativa não substitui o parecer das comissões especializadas, porquanto essas são compostas pelos representantes eleitos do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assim, a opinião técnica desta Procuradoria é estritamente jurídica e opinativa, não podendo substituir a manifestação das Comissões Legislativas especializadas, pois a vontade do Parlamento deve ser cristalizada através da vontade do povo, aqui efetivada por meio de seus representantes eleitos. E são esses mesmos representantes que melhor podem analisar todas as circunstâncias e nuances (questões sociais e políticas) de cada proposição.



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Por essa razão, em síntese, a manifestação deste órgão de assessoramento jurídico, autorizada por norma deste Parlamento Municipal, serve apenas como norte, em caso de concordância, para o voto dos edis, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular representada pela manifestação dos Vereadores.

Através de mensagem de justificativa (sem numeração), protocolada nesta Casa Legislativa em 8 de dezembro de 2017, o Senhor Prefeito Municipal encaminha para apreciação o presente projeto de lei complementar, o qual foi submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, com fulcro no art. 82 do Regimento Interno desta Casa de Leis, abaixo transcrito:

Art. 82. A matéria sujeita à apreciação das Comissões Permanentes poderá ser analisada previamente pela Assessoria Jurídica da Casa, por decisão do Presidente da Câmara, ao despachá-la, ou, posteriormente, apenas por solicitação dos Presidentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças e Orçamento, esta somente por ocasião do exame dos projetos relativos às leis orçamentárias. (Grifos nossos)

Aduz o prefeito, no corpo da Mensagem, que:

"Diante do exposto no Projeto em apreço, tem ainda por finalidade conceder aos contribuintes descontos no percentual de 20% (vinte por cento) para as empresas que efetuarem seus pagamentos a vista e 10% (dez por cento) para as empresas que parcelarem seus alvarás em 3 (três) vezes.

Desta forma o fisco municipal, além de conceder descontos, tende a corroborar com a iniciativa de regularização cadastral em nossa municipalidade."

Na forma do que dispõe a Carta Magna, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, inciso I), e também instituir e arrecadar os tributos de sua competência (art. 145, II).

A Lei Orgânica do Município de Ivaiporã, de forma coerente com o preceito constitucional, declara, no artigo 38, a competência deste para prover tudo quanto concerne ao interesse local, visando o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, e para instituir e arrecadar os tributos de sua competência, conforme sua transcrição abaixo:

Art. 38. É competência do Município, ressalvada a do Estado, prover tudo quanto diga respeito aos assuntos de interesse local, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

(...) III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas rendas; (grifos nossos)





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Deste modo, consoante se infere do exposto acima, a matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice legal à tramitação, sob tal enfoque.

Ademais, ressalta-se que a iniciativa para dispor sobre matéria tributária é privativa do Prefeito, encontrando-se o presente em conformidade com os termos do art. 67 da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 67. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e a que autoriza abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções; (grifos nossos)

Acerca dos tributos municipais, dispõe a LOM que:

Art. 112. São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 113. São tributos de competência municipal:

I - imposto sobre:

- a) a propriedade predial e territorial urbana;
- b) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição;
- c) venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto de óleo diesel;
- d) serviços de qualquer natureza, na forma da legislação;

II - taxas, que só poderão ser instituídas por lei em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

Por força do disposto no Código Tributário Nacional (artigo 6º), a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena.

O parágrafo único do art. 160 do Código Tributário Nacional dispõe que pode a municipalidade optar por conceder desconto pelo pagamento antecipado do tributo, senão vejamos:

Art. 160 (...)

Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça. (grifos nossos)





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Cabe assinalar que a Lei Complementar nº 101/2000, no artigo 14, impõe requisitos de cumprimento obrigatório no que tange à concessão de benefícios de natureza tributária, que transcrevemos abaixo:

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001)

(Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança. (grifos nossos)

Acerca do tema, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina possui o seguinte pré-julgado:

“Prejulgados 1148



O Poder Público poderá editar lei concedendo, em caráter geral, desconto de tributo para pagamento à vista no mesmo exercício financeiro de sua concessão, desde que cumpridos os seguintes requisitos: a) previsão na elaboração das metas consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165, 2º, CF/88), que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (art. 165, §2º, CF/88); b) previsão na LDO sobre as alterações na legislação tributária (art. 165, §2º, CF/88); c) compatibilidade do desconto com o equilíbrio entre receitas e despesas do ente federado (art. 4º, I, "a", LRF) e



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

com o Plano Plurianual, LDO e LRF (art. 5º, LRF); d) previsão na elaboração do orçamento fiscal da LOA (art. 165, § 5º, I, da CF/88); e) não deve comprometer a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (art. 11, LRF); f) estar contido nas previsões de receita, as quais observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (art. 12 da LRF c/c art. 30 da Lei Federal nº 4.320/64).

A concessão em caráter geral, pelo Poder Público, de desconto para pagamento à vista de tributo, respeitados todos os requisitos enumerados nesta Decisão, não configura renúncia de receita, nos moldes do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000."

Entretanto, é importante destacar que o desconto mencionado acima refere-se apenas ao pagamento a vista, não mencionando a questão do pagamento parcelado, como no art. 1º, II, do presente.

Assim, entende-se que, para fins de prosseguimento do presente, este deve obedecer aos requisitos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, retro mencionados.

Ademais, tendo em vista que o presente se trata de projeto de lei complementar, verifica-se que a Lei Orgânica Municipal, no seu art. 70, elenca quais matérias devem ser regulamentadas por esta espécie normativa, senão vejamos:

Art. 70 - São matérias de lei complementar, entre outras:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 01/2012).

IV - Código de Posturas;

V - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;

VI - Concessão de serviços públicos.

Parágrafo Único - As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta. (grifos nossos)





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Afere-se que a presente matéria não se enquadra no rol acima elencado. Entretanto, o art. 259 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 1.890, de 21 de dezembro de 2010) dispõe que:

Art. 259. As isenções, descontos e outros benefícios concedidos para pagamento dos tributos municipais deverão ser **previstos anualmente por lei complementar** específica. (grifos nossos)

Assim, é possível concluir que inexistente óbice legal à tramitação, sob tal enfoque, encontrando-se o presente, portanto, nos moldes legais.

Acerca do pedido de urgência do prefeito para apreciação e votação deste, dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 168. O Prefeito poderá solicitar urgência para a tramitação de projetos de sua iniciativa.

§ 1.º - Solicitada urgência, a Câmara deverá se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2.º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação da Câmara, o projeto será incluído na pauta da ordem do dia, sobrestando-se as demais matérias, até que se ultime a votação.

§ 3.º O prazo do § 1.º não corre no período de recesso nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Reitera-se o caráter meramente opinativo do presente e a competência das comissões do Legislativo, em especial à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, conforme art. 61 do Regimento Interno desta Casa, e do Plenário, para análise pormenorizada do mérito, oportunidade e conveniência da proposta.

Regimento Interno

Art. 61. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento:

I - manifestar-se sobre o mérito das matérias de ordem financeira, tributária e orçamentária, e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no respectivo patrimônio; (...). (grifos nossos)

Resta serem vistos os aspectos atinentes à Lei Complementar Federal nº 95/1998 que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Quanto aos aspectos atinentes as disposições da citada lei complementar, pode-se dizer que o projeto se encontra correto, com exceção da parte inicial do artigo 3º, onde consta a cláusula de revogação, que deve ser adequada nos moldes do art. 9º da referida legislação: "*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*".

Reitera-se, por fim, a necessária observância às disposições do Regimento Interno desta Casa de Leis quanto à tramitação do feito, bem como serem observados os requisitos de cumprimento obrigatório no que tange à concessão de benefícios de natureza tributária que impliquem em renúncia de receita, elencados no art. 14 da LC nº 101/2000, conforme já mencionado acima.

III - DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica Legislativa entende que, para fins de prosseguimento do presente, este deve obedecer aos requisitos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mencionados no corpo deste opinativo.

Desta forma, orientamos a r. Comissão que solicite/proceda às complementações pertinentes.

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo das Comissões e Plenário desta Casa Legislativa.

Este parecer possui 7 (sete) laudas, todas devidamente enumeradas, rubricadas, e a última segue assinada pela signatária.

À consideração superior.

Ivaiporã, 18 de dezembro de 2017.


Ingrid M. S. Firmino Mello

Procuradora Jurídica

OAB/PR 58.316





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ: 77774578/0001-20

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP: 86870-000 camaraivp@hotmail.com

Ofício nº 14/2017

Ivaiporã, 19 de dezembro de 2017.

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 06/17.

A Câmara Municipal de Ivaiporã, neste ato, representada pelas **COMISSÕES PERMANENTES**, em pleno exercício de suas prerrogativas parlamentares, vem, respeitosamente, REQUERER, conforme previsto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000:

- Demonstrativo pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas e resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- Acompanhamento de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Após, restando-se inerte, a Comissão adotará os trâmites regimentais inerentes continuidade ou não da proposta.

Respeitosamente,

Edivaldo Aparecido Montanheri
Vereador

Eder Lopes Bueno
Vereador

Sueli Ramos dos Santos Gevert
Vereador

Hélio Aparecido Araújo de Barros
Vereador

Alex Mendonça Papin
Vereador

José Aparecido Peres
Vereador

Marcelo Reis
Vereador

Excelentíssimo Senhor
MIGUEL ROBERTO DO AMARAL
Prefeito Municipal
Ivaiporã/PR

RECEBIDO
Em, 21/12/17
Dept.º Mun. de Administração





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 75.741.330/0001-37

Rua Rio Grande do Norte, 1000 Fone/Fax: 43-472-4600 Ivaiporã – Pr.

Ofício nº 1.013/2017

Ivaiporã, 20 de novembro de 2017

REF.: Resposta ao Ofício sob n. 14/2017

Prezados Senhores,

Em resposta ao Ofício sob n. 14/2017 onde requer informações sobre o Projeto de Lei Complementar sob n. 06/17, que atribui desconto ao pagamento à vista e nos casos de parcelamentos da Taxa de Alvará, tem-se que:

- 1) O Projeto de Lei altera a prática de concessão de descontos aos casos de renovação de alvarás, praticado nos últimos exercícios fiscais anteriores a 2017 (inclusive). Especificamente, reduz o(s) prazo(s) de vencimento da **renovação** de alvará, e, concentra em uma só data os casos que concede do desconto de 20% (na cota à vista). Ou seja, até o momento haviam 04 (quatro) vencimentos distintos, conforme faturamento das empresas, que atribuíam vencimentos do mês de Janeiro até o mês de Abril, em todos os casos com desconto de 20%.

O projeto de lei sob n. 06/17, exclui a possibilidade de 04 (quatro) vencimentos distintos e atribui apenas 01 (uma) vencimento antecipado ao mês de Fevereiro com a concessão habitual do desconto de 20%.

No mesmo sentido, concede desconto de apenas 10% aos que solicitarem parcelamento, sendo o primeiro vencimento ocorre na mesma data daqueles que optam pelo pagamento à vista, com prazo máximo de três parcelas. Ou seja, quase 40% do valor referente ao alvará eventualmente parcelado serão pagos no mesmo dia daqueles que optam pelo pagamento à vista.

Observa-se que, o projeto na pratica irá antecipar e concentrar o recolhimento da renovação do alvará no mês de fevereiro, aos casos de pagamento à vista e aos casos do parcelamento (primeira parcela).

Essas razões por si, já bastariam para demonstrar que o projeto otimiza o recolhimento do alvará nos primeiros meses do ano, contrário ao que ocorria anteriormente, sem benefícios extremos e sem prejudicar o planejamento tributário das empresas.

RECEBIDO(S) NESTA DATA

Protocolo N.º 15368/17

Ivaiporã, 22 de dezembro de 17

Amir L. F. L.



[Handwritten signature]

- 2) O projeto de lei abrange apenas aos casos de renovação de alvará. Nesse sentido, cabe citar os dados recentes veiculados na imprensa local onde mostra o Município de Ivaiporã com maior número de empresas abertas no Estado do Paraná, de janeiro a outubro de 2017. Conforme dados da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), **houve um crescimento de 60,3%**, e, parte dessa evolução deve-se, também, ao esforço do Setor de Tributação em promover a regularidade fiscal, através de recadastramentos e fiscalizações em campo quanto ao alvará de funcionamento.

Dessa forma, ao exercício de 2018 as novas empresas deverão renovar seus alvarás e licenças. Ou seja, o número cadastral previsto para renovações é, consideravelmente, maior, e, esse fato, afasta eventual renúncia fiscal, pois trará maior número de renovações compensando eventual desconto promovido. Não obstante, aos argumentos já apresentados quanto aos prazos e períodos praticados nos exercícios anteriores.

- 3) Os resultados atualmente aferidos nos relatórios de meta fiscal do Município de Ivaiporã já demonstram um crescimento no resultado do produto tributário dos lançamentos de taxas municipais, entre elas, o alvará de funcionamento. Ou seja, o Departamento de Tributação tem atuado no controle de informações para evitar evasão fiscal e ou renúncias de receita, com sua eficácia na gestão e fiscalização.

No atendimento aos quesitos citados no Art 14 da LRF, que segue ratificado pelo Departamento de Contabilidade, destacamos ainda que:

a) o Município promoveu a georreferenciamento urbano e sua aplicabilidade vem trazendo resultados contínuos na arrecadação municipal, com novas fases de implantação previstas aos exercícios de 2018 e 2019;

b) o Município promoveu incremento de ações sobre as receitas de transferências constitucionais (ICMS), fato que atribui um acréscimo da previsão orçamentário para 2018, em aproximadamente 9% em relação a 2017, conforme descrito na Lei Orçamentária Anual (LOA);

c) as previsões de receitas gravadas no anexo de receita da LOA/2018 apresentam percentual de incremento em todos os tributos municipais devido às ações de controle dos setores envolvidos;

d) recentemente, foi aprovada e sancionada a lei que permitirá receber resultados de arrecadação da nova forma de repartição de receita do ISSQN aos serviços de Operacionalização de Cartões de Crédito e Débito, Plano de Saúde, entre outros, que trarão incremento considerável conforme previsões da CNM e FEBRABAN – Previsão de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) anual;

e) Ao exercício de 2018 a LOA trouxe a previsão de **76,73%** de incremento no lançamento das taxas de poder de polícia (no caso do alvará) em relação ao recolhido no exercício de 2016, e, **43,89%** em relação a 2017, onde fica caracterizado que não ocorrerá prejuízo aos cofres públicos. (V. LOA)

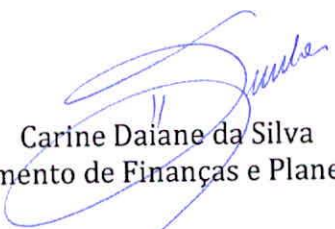


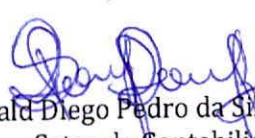
f) o valor de desconto de 10%, mesmo quando calculado em termos totais, sobre o valor recolhido em 2017 de R\$ 1.449.890,34 (um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa reais e trinta e quatro centavos) para taxas de poder de polícia, são contrapostos e suportados pelo incremento do ISSQN (citado no item d) e pelo aumento do número de renovações previstas para 2018 (citada no item 2), e, por fim, nos itens b) do aumento da Cota Parte do ICMS.

Assim, não há como considerar que, um eventual parcelamento, nos moldes propostos venha a prejudicar a receita própria municipal. Pelo contrário, irá auxiliar na regularidade cadastral já no início do exercício fiscal com possibilidade, regrada e controlada, de breve parcelamento para incentivar ao comércio local. Outrossim, o Departamento de Tributação promove de forma continuada o controle e a fiscalização, conforme resultados obtidos nos relatórios de Meta Fiscal do TCE/Pr, anualmente.

Diante ao exposto, na intenção de sanar ao requerimento apresentado, seguem nossas razões na certeza do atendimento ao fiel cumprimento dos objetivos pretendidos ao projeto de lei em questão. No caso de dúvidas e esclarecimentos, fica nosso Departamento de Finanças e Planejamento a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


Carine Daiane da Silva
Departamento de Finanças e Planejamento


Ronald Diego Pedro da Silva Barbosa
Setor de Contabilidade





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ/MF: 75.741.330/0001-37

Rua Rio Grande do Norte, 1000 Fone/Fax: 43-472-4600 Ivaiporã – Pr.

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(artigo 14, Lei Complementar nº 101/2000).

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI 06/2017 PARA CONCESSÃO DE DESCONTO NO ATO DE RENOVAÇÃO DE ALVARÁ AO EXERCÍCIO DE 2018 AOS CASOS DE PAGAMENTO À VISTA e/ou CONCESSÃO DE PARCELAMENTO DE ATÉ 03 (TRÊS) VEZES COM DESCONTO DIFERENCIADO E DE MENOR PERCENTUAL.

PREMISSAS: A concessão de descontos tem validade exclusiva aos atos de renovação de alvará municipal, sendo que, os pagamentos à vista terão a redução de 20%, e, ainda, prevê possibilidade de adesão ao parcelamento, em no máximo 03 (três) vezes, com desconto de 10%. O percentual máximo (de 20%) somente se aplicará aos casos de pagamento à vista, nos mesmos moldes e percentuais que foram concedidos nos anos anteriores. Não serão concedidos descontos aos casos de alvará inicial. Serão antecipadas as datas de vencimento em relação ao ocorrido em anos anteriores. Serão excluídas as regras de pagamento em datas diversas por critério de faturamento.

METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS REGRAS: Foram excluídas as regras que atribuíam percentual de 20% de desconto (dos anos anteriores) com datas diversas até o mês abril de cada exercício, conforme o faturamento da empresa. No seu lugar foi criada a regra de vencimento único para o desconto de 20% e vencimento já no mês de Fevereiro. Por outro lado, como forma de transição aos habituados ao pagamento após mês de fevereiro (com desconto de 20%) foi permitido parcelamento em 03 (três) vezes, com desconto de 10%, PORÉM, com vencimento da primeira parcela no mês de Fevereiro. Foram realizados levantamentos cadastrais para análise de impacto na arrecadação, além da caracterização de compensação através de outras receitas tributárias, em especial, ISSqn e Cota Parte do ICMS.

I – READEQUAÇÃO AOS MODELOS ANTERIORES

Abaixo uma Tabela demonstrativa:

REGRAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LC 15/2016			
PORTE	FATURAMENTO	VENCIMENTO	DESCONTO
Grande	+ 360.001,00	31/01	20%
Médio	de 180.000 a 360.000,00	28/02	20%
Pequeno	de 60.001,00 a 180.000,00	31/03	20%
Micro	de 01 a 60.000,00	30/04	20%



RECEBIDO(S) NESTA DATA

Protocolo N.º 15369

Ivaiporã, 26 de dezembro de 2011

fluna



REGRAS DO PROJETO DE LEI EM TRÂMITE

PORTE	FATURAMENTO	VENCIMENTO	DESCONTO
Indiferente	Indiferente	09/02/18 – Cota Única	20%
Indiferente	Indiferente	09/02/18 (parcela 01/03)	10%
Indiferente	Indiferente	12/03/18 (parcela 02/03)	10%
Indiferente	Indiferente	12/04/18 (parcela 03/03)	10%

CONSIDERAÇÕES I:

- O Projeto de Lei altera a prática de concessão de descontos aos casos de renovação de alvarás, praticado nos últimos exercícios fiscais anteriores a 2017 (inclusive). Especificamente, reduz o(s) prazo(s) de vencimento da renovação de alvará, e, concentra em uma só data os casos que concede do desconto de 20% (na cota à vista). Ou seja, até o momento haviam 04 (quatro) vencimentos distintos, conforme faturamento das empresas, que atribuíam vencimentos do mês de Janeiro até o mês de Abril, em todos os casos com desconto de 20%.
- Aos que solicitarem parcelamento, sendo o primeiro vencimento ocorre na mesma data daqueles que optam pelo pagamento à vista, com prazo máximo de três parcelas e desconto de 10%.

CONCLUSÕES I:

- Quase 40% do valor referente ao alvará, eventualmente parcelado, será pago no mesmo dia daqueles que optam pelo pagamento à vista.
- O projeto na prática irá antecipar e concentrar o recolhimento da renovação do alvará no mês de fevereiro, aos casos de pagamento à vista e aos casos do parcelamento (primeira parcela).
- O projeto otimiza o recolhimento do alvará nos primeiros meses do ano, contrário ao que ocorria anteriormente, sem benefícios extremos e sem prejudicar o planejamento tributário das empresas.

II – REORGANIZAÇÃO CADASTRAL

CONSIDERAÇÕES II:

- Foram reorganizadas as informações cadastrais com implantação de novos módulos para Nota Fiscal Eletrônica e fiscalização “*in locu*”, pós prazo de regularização com escritórios de contabilidade.
- Os meses de março de 2017 até agosto de 2017 foram utilizados para implantação dos módulos e atuação junto aos escritórios contábeis, e, os meses seguintes foram reservados para fiscalização “*in locu*”, cruzamento de dados, entre outros.
- 2017 foi marcado pela ampliação na abertura de empresas no município aumentando sua vocação comercial regionalizada.
- O setor do comércio corresponde a 48,04% da composição do Valor Adicionado que compõe a Cota Parte do ICMS no ranking Estadual.

CONCLUSÕES II:

- Aumento no número de empresas cadastradas em 60,3%, conforme registro oficial da JUCEPAR
- Maior controle junto aos escritórios contábeis.
- Maior possibilidade de composição de Valor Adicionado do Comércio aos anos seguintes.
- **Aumento do número de empresas que solicitarão renovação do alvará em 2018 em 60,3%



III – DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

CONSIDERAÇÕES III:

Além dos fatores já apresentados, o Departamento de Tributação tem atuado no controle de informações para evitar evasão fiscal e ou renúncias de receita, com sua eficácia na gestão e fiscalização. Em especial, promoveu:

- a) o georeferenciamento urbano com resultados contínuos na arrecadação municipal, com novas fases de implantação previstas aos exercícios de 2018 e 2019;
- b) o incremento de ações sobre a Receita de Transferência Constitucional, no caso em tela a Cota Parte do ICMS com acréscimo da previsão orçamentário para 2018 em aproximadamente 9% em relação a 2017 – dados oficiais da SEFA/PR.
- c) aprovação da lei que altera o ISSQN e permitirá aplicar a nova forma de repartição de receita doesse tributo aos serviços bancários de Operacionalização de Cartões de Crédito e Débito; Plano de Saúde, etc;

CONCLUSÕES III:

- 1) Reflexos efetivos na A LOA (Lei Orçamentária Anual) que já considera a nova previsão de **76,73%** de incremento no lançamento da Taxa de Poder de Polícia (no caso do alvará) em relação ao recolhido no exercício de 2016, e, **43,89%** em relação a 2017. E no percentual de **13,5%** na relação 2017 x 2018, no que tange a arrecadação da Receita Tributária, onde somam-se todas as espécies tributárias. (V. LOA 2018 já apresentada).

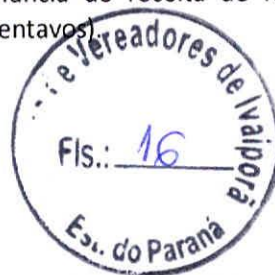
IV – DA “RENUNCIA FISCAL”

Conforme visto nas “CONSIDERAÇÕES I e CONCLUSÕES I” teremos um desconto de 20% aos casos de pagamento a vista (que já ocorria em anos anteriores) e parcelamento com desconto de 10%, que, se calculados em termos absolutos, ou seja, no desconto máximo de 20%, para maior abrangência da análise de impacto financeiro ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal teremos:

- Valor recolhido nas renovações da Taxas de Poder de Polícia em 2016 = R\$ 1.180.528,95 **
**(com 20% de desconto)
- Valor recolhido nas renovações da Taxas de Poder de Polícia em 2017 = R\$ 1.449.890,34 **
**(com 20% de desconto)
- Percentual de correção monetária para 2018 = 2,77%

Disso sugere-se que,

- 1. Aplicação da correção monetária (2,77%) ao valor recolhido em 2017 traria a expectativa de no mínimo = R\$ 1.490.652,30 aos valores previstos para Taxa de Poder de Polícia.
- 2. Se aplicarmos o percentual máximo de desconto previsto no Projeto de Lei em trâmite, ou seja, 20% (vinte por cento) teremos uma expectativa de renúncia de receita de R\$ 298.010,46 (duzentos e noventa e oito mil, dez reais e quarenta e seis centavos).



OBS.: valor citado como expectativa máxima de desconto (20%), para ampliar a análise impacto com cenário mais crítico possível quanto a eventual renúncia de receita.

3. A previsão lançada na LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) traz o valor de R\$. 2.086.378,00 para Taxa de Poder de Polícia, pois considera os argumentos do **item II – da Reorganização Cadastral**.

Vejamos abaixo o percentual desta renúncia dentro do valor total das receitas.

Exer cício	2017	2018
Estimativa de Renúncia de Receita	R\$ 298.010,46	R\$ 298.010,46
Previsão da Taxa de Poder de Polícia	R\$ 1.449.890,34	R\$ 2.086.378,00 (LOA)
Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro	20,55%	14,28%

CONCLUSÃO: redução do percentual de 20,55% para 14,28%. Não tem impacto de renúncia de receita e ocorre a compensação pelo incremento da PRÓPRIA receita tributária.

4. A previsão lançada na LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) traz o valor de R\$ 20.125.604,00 para Receita Total Tributária ao exercício de 2018, pois considera os argumentos dos **itens II – da Reorganização Cadastral e III – Gestão Tributária**, anteriormente citado,

Vejamos abaixo o percentual desta renúncia dentro do valor total das receitas.

Exercício	2017	2018
Estimativa de Renúncia de Receita	R\$ 298.010,46	R\$ 298.010,46
Previsão da Taxa de Poder de Polícia	R\$ 17.781.894,91	R\$ 20.125.604,00 (LOA)
Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro	1,67 %	1,48%

CONCLUSÃO: Conforme demonstrado acima, se considerarmos o maior benefício possível (de 20%), seu impacto será ainda menor que nos anos anteriores e ficará no percentual de 1,48 (%) em relação a receita tributária total. Não tem impacto de renúncia de receita e ocorre a compensação pelo incremento de OUTRAS receitas tributárias, em especial, na Cota Parte do ICMS e no ISSQN.

CONDIÇÃO PREVISTA NO ART. 14 DA LC 101/2000

(Inc. I, artigo 14, Lei Complementar nº 101/2000).

DEMONSTRAÇÃO QUE A RENÚNCIA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DE RECEITA DA LEI ORÇAMENTÁRIA, NA FORMA DO ART. 12, E DE QUE NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NO ANEXO PRÓPRIO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

Com objetivo de manter o equilíbrio fiscal na gestão pública, encontramos na Lei Complementar nº 101/2000, Art. 14, que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei



orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, aplicação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Anota-se ainda que, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) traz menção a casos de renúncia no seu Art.52: Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2018, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos por Lei Municipal de sanções e de incentivo à industrialização.

O Projeto de Lei em tela, quando analisado sob a égide do Art 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstra que a estimativa prevista para 2018 inclui valores antes não conhecidos que serão recolhidos pela:

- a) Aplicação de novas formas de repartição tributária do resultado da alteração da lei do ISSQN aprovada e sancionada em 2017, que terá vigência a partir de 2018 em razão do princípio da anterioridade legal, estima o acréscimo em **R\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais) de acordo com a CNM (Confederação Nacional dos Municípios)
- b) Aplicação dos resultados contínuos do produto do georreferenciamento urbano, com efeitos aos cadastros municipais;
- c) Aumento do número de empresas que necessitarão da renovação de alvará (60,3%) e apoio na sua efetivação como parte do processo de industrialização do município, conforme registro da JUCEPAR ao Município de Ivaiporã;
- d) Incremento em 9% do valor proporcionado pelo retorno da Cota Parte do ICMS ao exercício de 2018, conforme dados oficiais da SEFA/PR.

Fatores que reforçam as conclusões que demonstraram a redução do percentual de impacto de 20,55% para 14,28%, sem ter caracterização de renúncia de receita e com compensação pelo incremento da própria receita tributária (Taxa de Poder de Polícia). E ainda, no percentual de 1,67 para 1,48 (%) em relação a receita tributária total, incremento de outras receitas tributárias (Cota Parte do ICMS e ISSQN). Ou seja, ambos comparativos resultaram com percentuais negativos, ou seja, sem renúncia de receita.

Assim, não há como considerar que, o desconto apresentado e um eventual parcelamento, nos moldes propostos venha a prejudicar a receita própria municipal. Pelo contrário, irá auxiliar na regularidade cadastral já no início do exercício fiscal com possibilidade, regrada e controlada, de breve parcelamento para incentivar ao comércio local.

Diante ao exposto, demonstra-se que o Projeto de Lei não causará qualquer desequilíbrio na execução orçamentária municipal, não comprometendo equilíbrio entre receitas e despesas do Município.

Carine Daiane da Silva
Departamento de Finanças e Planejamento

Ronald Diego Pedro da Silva Barbosa
Setor de Contabilidade





CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2017

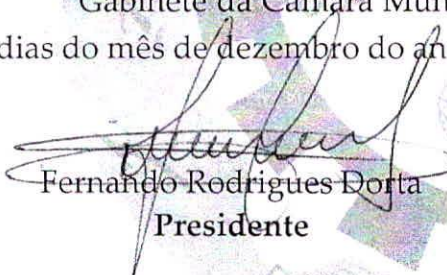
O Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45, Inciso II da Lei Orgânica do Município,

CONVOCA:

Os nobres Edis para duas Sessão Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de dezembro do ano de 2017, às 15:30, para apreciação das seguintes matérias:

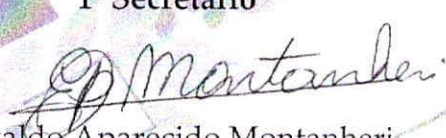
- 1 - Projeto de Lei Complementar nº 6/2017 do Executivo Municipal, Súmula:** Regulamenta as datas para vencimento de alvarás e licenças municipais no exercício de 2018, concede descontos, e dá outras providências.
- 2 - Projeto de Lei nº 147/2017 do Executivo Municipal, Súmula:** Autoriza o Executivo Municipal a conceder abono salarial a servidores efetivos do Município de Ivaiporã/PR, e dá outras providências.
- 3 - Projeto de Lei nº 152/2017 do Executivo Municipal, Súmula:** Abre um Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

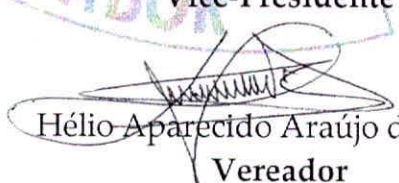
Gabinete da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.


Fernando Rodrigues Dorta
Presidente

Eder Lopes Bueno
1º Secretário


Sueli Ramos dos Santos Gevert
Vice-Presidente


Edivaldo Aparecido Montanheri
2ª Secretária


Hélio Aparecido Araújo de Barros
Vereador

José Aparecido Peres
Vereador

Marcelo dos Reis
Vereador


Alex Mendonça Papin
Vereador

Ailton Stipp Kulcamp
Vereador

